



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ FACULDADE DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E SECRETARIADO.
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Poliana Araújo das Chagas

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UM ESTUDO DA DISTRIBUIÇÃO
DO VALOR ADICIONADO NAS EMPRESAS LISTADAS BM&FBOVESPA**

Profa. M.^a Editinete Andre da Rocha Garcia
Orientador

Fortaleza /2013

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UM ESTUDO DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO NAS EMPRESAS LISTADAS BM&FBOVESPA

Poliana Araújo das Chagas
Orientadora: Prof.^a M.^a Editinete André da Rocha Garcia

Resumo

Esta pesquisa investiga a distribuição do valor adicionado nas empresas listadas na BM&FBOVESPA se utilizam como base teórica a Lei nº 11.638/07 que tornou obrigatória a apresentação das (DVAs) pelas companhias abertas e o Pronunciamento Contábil nº 9 (CPC) que trata das regras gerais das (DVAs). O objetivo geral da pesquisa é analisar a existência de correlação entre os percentuais de distribuição do valor adicionado e as atividades desenvolvidas pelas empresas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Os objetivos específicos são: Verificar em qual componente da DVA há a maior distribuição do valor adicionado; Verificar qual o setor da (CNAE) é mais afetado pela Carga Tributária Nacional e Verificar a existência de setores diferentes da (CNAE) que distribuem o valor adicionado na mesma proporção. As metodologias da pesquisa são descritiva, qualitativa, quantitativa, com o levantamento de dados, documental e bibliográfica onde se procede a classificação de acordo com os componentes de distribuição do valor adicionado do (CPC) nº 9 a partir da análise de conteúdo dos relatórios contábeis divulgados pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA no exercício de 2011 disponíveis junto aos registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os resultados da pesquisa demonstram que a carga tributária é fator que afeta as empresas uma vez que por muitas vezes os percentuais de valor adicionado atingiram 50% e que o setor mais atingido é o das Indústrias de transformação. Também foi possível visualizar que os grupos K- (atividades financeiras, seguros e serviços) e H – (transporte, armazenagem e correio) se comportaram de maneira semelhante, com maior distribuição do valor adicionado em capital próprio.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado, Distribuição, BM&FBOVESPA.

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual, muito se tem discutido sobre a qualidade e transparência das informações contábeis necessárias para atingir o objetivo da Contabilidade que segundo Iudícibus e Marion (1999, p.53), consiste em "(...) fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade". Esse conceito assemelha-se ao objetivo da Contabilidade citado na Deliberação CVM n.º 29, de 05 de fevereiro de 1986.

Baseado nos comentários de Iudícibus e Marion, bem como da Deliberação CVM n.º 29, pode se dizer que a Contabilidade tem duas funções principais: o fornecimento de informação estruturada econômica e financeira e também servir de instrumento de avaliação para à entidade objeto de contabilização.

Porém a inclinação tradicional da Contabilidade por satisfazer demandas de informações de caráter patrimonialista, acaba por não atender, completamente, aos interesses de novos usuários, os quais necessitam de outros tipos de informes, contendo dados que ponham em evidência dados diferentes daqueles contidos nas demonstrações contábeis padronizadas comumente elaboradas.

Dentro deste contexto foi desenvolvida a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) com o objetivo de informar sobre a participação de todos os fatores econômicos, sobretudo aqueles que intervieram na criação de valor para a entidade e o consequente rateio desse valor, diante desses mesmos agentes econômicos (CONSENZA, 2003, p.8).

Complementando os objetivos da DVA por Consenza (2003), Cunha (2004, p.9) apresenta essa demonstração como instrumento de mapeamento das riquezas distribuídas nas empresas conforme trecho extraído de sua obra:

A DVA permite além da identificação da riqueza gerada exclusivamente pela empresa, a identificação daquela riqueza recebida em transferência, apresentando, ainda, um mapeamento de como essas riquezas são distribuídas aos seus diversos beneficiários: empregados, governo, financiadores externos e sócios ou acionistas.

Considerando-se a possibilidade de se mapear a distribuição da riqueza gerada, o estudo tem como questão de pesquisa: Como ocorre em termos percentuais a distribuição do valor adicionado nas empresas listadas na BM&FBOVESPA no exercício de 2011? Essa distribuição tem alguma relação com a atividade principal da empresa?

O estudo tem como objetivo geral analisar a existência de correlação entre os percentuais de distribuição do valor adicionado e as atividades desenvolvidas pelas empresas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Os objetivos específicos são verificar em qual componente da DVA (pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprio) há a maior distribuição do valor adicionado nas empresas no exercício de 2011; Verificar qual o setor (CNAE) é mais afetado pela Carga Tributária Nacional e verificar a existência de setores diferentes do (CNAE) que distribuem o valor adicionado na mesma proporção.

Para atingir o objetivo geral apresenta-se um estudo sobre a DVA onde se calcula o percentual de distribuição do valor adicionado das empresas listadas na BM&F Bovespa no exercício de 2011 em relação aos componentes de distribuição de riquezas da Demonstração do Valor Adicionado. A partir dos dados coletados efetua-se a análise considerando a técnica descritiva.

O presente estudo está classificado, além dessa introdução, na seção seguinte apresentação do Referencial Teórico, seguindo com a Metodologia do estudo, com as Análises dos Resultados e, por fim, as Considerações Finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado surgiu na década de setenta principalmente pela necessidade de publicar informações para os *stakeholders* da empresa. Em 1975, o Comitê Gestor dos Padrões Contábeis da Inglaterra – *Accounting Standards Steering Committee* (ASSC) – publicou um documento intitulado *The Corporate Report* que recomendava a publicação de uma demonstração que evidenciasse como os benefícios gerados pelo esforço de venda de produtos e serviços da empresa eram divididos entre empregados, provedores de capital, governo e reinvestimento (FREGONESE, 2009, p.59).

No Brasil, os primeiros estudos da DVA foram desenvolvidos no Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA-USP.

A Demonstração do Valor Adicionado teve um aumento da importância a partir de sua inclusão no cálculo de excelência empresarial utilizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) para a escolha das empresas com melhores desempenhos nos setores em que a atividade econômica é dividida para a edição de “Melhores e Maiores”, da Revista Exame, além do apoio dado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, que passou a incentivá-las a divulgarem, de forma espontânea, esse tipo de demonstração (CUNHA, 2004; RIBEIRO E SANTOS, 2005; SANTOS, 2005, p.3).

Vieira (2010, p.48) destaca ainda a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), como incentivadora da elaboração de tal demonstração visto que tal agência reguladora trazia entre seus regulamentos a indicação para as empresas do setor de energia elétrica da necessidade da divulgação das informações relacionadas ao valor adicionado, por meio da Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001.

As passagens acima demonstram que o aumento de relevância e importância das DVAs surgiu quando tal demonstração foi incluída no cálculo de excelência empresarial e também pelo fato da obrigatoriedade da divulgação ser imposta pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Isso gerou impulso necessário para a edição de Resolução pelo Conselho Federal de Contabilidade tratando sobre sua elaboração.

Em 2005, o CFC aprovou a Resolução 1.010/05, prevendo a estrutura da DVA a partir do modelo proposto pela FIPECAFI. Neste mesmo ano, tal estrutura já era mais completa, em função da evolução do contexto econômico, e conseqüente necessidade de enquadramento de tais eventos na demonstração. Complementando a primeira resolução editada, foi apresentada a Resolução CFC nº 1.055/05, proferida pelo Conselho Federal de Contabilidade que cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e dentre outras providências, estabelece os elementos que devem estar presentes quando da elaboração e apresentação das DVAs.

A norma destacada explica que a mencionada informação representa um dos elementos componentes do Balanço Social bem como que a finalidade de tal procedimento é a de evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período.

Menciona-se com destaque que a demonstração do valor adicionado (DVA) é de publicação obrigatória apenas para todas as companhias abertas, segundo a Lei nº 11.638/07. A obrigatoriedade da publicação da DVA deu-se por alteração no artigo 181 da Lei nº 6.404/76 que define o que pode ser classificado como resultados de exercícios futuros.

Superada a questão da obrigatoriedade da apresentação das DVAs se faz necessário conceituar o que vem a ser a Demonstração do Valor Adicionado - DVA. No intuito de bem esclarecer seu conceito traz-se ensinamentos de diversos autores sobre o tema.

Em um primeiro momento, cumpre destacar que a DVA tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição. Não deve ser confundida com a Demonstração do Resultado do Exercício, pois esta tem suas informações voltadas quase que exclusivamente para os sócios e acionistas, principalmente na apresentação do lucro líquido, enquanto que a DVA esta dirigida para a geração de riquezas e sua respectiva distribuição pelos fatores de produção (capital e trabalho) e ao governo, evidenciando, portanto a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social

da região onde está instalada e a sua capacidade de gerar riqueza para economia (IUDICIBUS et al., 2010; De Luca, 1998; CUNHA, 2004).

Ainda sobre os objetivos, veja-se o conceito trazido por Santos (2009, p.40):

O objetivo da DVA é demonstrar; durante um período que, geralmente, coincide com o exercício social; como a empresa distribuiu a riqueza que foi gerada entre os agentes que contribuíram para a criação da mesma. Valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. (SANTOS et al., 2009, p.40).

Complementando o tema, desta feita, especificamente sobre a questão da informação prestada pelas DVAs veja-se a sugestão apresentada por Scherer (2006, p.27) para seu uso:

Scherer (2006, p.27), sugere que as informações extraídas podem ser utilizadas para mensuração e divulgação da riqueza criada pelas entidades, redução de conflitos de agência e de assimetria informacional, bem como uma ferramenta de diagnóstico, projeção, gestão e comunicação.

Padoveze (2010, p.94), ainda acrescenta que a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem papel fundamental na análise da geração e na distribuição do lucro. Ensina, ainda, que tal demonstração compõe o conjunto de informações do balanço social. Por isso, provavelmente, consiste em um dos relatórios mais ilustrativos da atuação social das empresas, sobretudo, por ter como objetivo a evidência da geração do valor econômico agregado, assim como pelos produtos e serviços oferecidos pela empresa e sua distribuição.

O autor supracitado explica que há uma clara divisão em duas partes na demonstração do valor adicionado, quais sejam: a evidenciação do valor adicionado gerado e a evidenciação do valor adicionado distribuído.

Como último aspecto de destaque, menciona-se o cunho gerencial que a DVA pode assumir dentro dos processos de administração das empresas vez que através dela pode-se identificar a estrutura básica de custos da empresa. Retrabalhando as informações nela contida, é possível identificar quanto é a participação de materiais, salários, encargos sociais, impostos, despesas e depreciações (PADOVEZE, 2010, p.94). Desta forma percebe-se a importância que as DVAs assumem não só para contabilidade, mas também para a Administração e a Economia.

Estrutura da DVA

A estrutura da DVA divide-se em duas partes com objetivos diferentes: a primeira parte mostra quanto à organização a correspondente geração de riqueza, e a segunda parte revela como as riquezas são distribuídas entre os fatores de produção (FREGONESE, 2009, p.59). Exemplificando o que foi exposto, traz-se o quadro onde é apresentado Modelo de Demonstração do Valor Adicionado.

Quadro 1: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado de empresas em geral do CPC 09.

| DESCRIÇÃO | Em milhares de reais 20X1 | Em milhares de reais 20X0 |
|---|---------------------------|---------------------------|
| 1 – RECEITAS | | |
| 1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços | | |
| 1.2) Outras receitas | | |
| 1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios | | |
| 1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / Constituição) | | |

| | | |
|--|--|--|
| 2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | | |
| (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS) | | |
| 2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | | |
| 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | | |
| 2.3) Perda / Recuperação de valores ativos | | |
| 2.4) Outras (especificar) | | |
| 3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2) | | |
| 4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO | | |
| 5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4) | | |
| 6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | | |
| 6.1) Resultado de equivalência patrimonial | | |
| 6.2) Receitas financeiras | | |
| 6.3) Outras | | |
| 7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6) | | |
| 8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | |
| 8.1) Pessoal | | |
| 8.1.1 – Remuneração direta | | |
| 8.1.2 – Benefícios | | |
| 8.1.3 – F.G.T.S | | |
| 8.2) Impostos, taxas e contribuições | | |
| 8.2.1 – Federais | | |
| 8.2.2 – Estaduais | | |
| 8.2.3 – Municipais | | |
| 8.3) Remuneração de capitais de terceiros | | |
| 8.3.1 – Juros | | |
| 8.3.2 – Aluguéis | | |
| 8.3.3 – Outras | | |
| 8.4) Remuneração de Capitais Próprios | | |
| 8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio | | |
| 8.4.2 – Dividendos | | |
| 8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício | | |
| 8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação) | | |

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 09.

Segundo Follmann et al. (2009, p.6), outros modelos de DVA são apresentados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela FIPECAFI. O modelo do CFC é semelhante ao modelo sugerido pelo CPC, sendo esse utilizado pelas empresas para divulgação na BM&F Bovespa. Já o modelo sugerido pela FIPECAFI é um modelo mais sintético, com um detalhamento menor e sugere um modelo aplicável a todas as empresas, o que não ocorre no CFC e CPC, no qual se separam em três modalidades: (1) mercantis e prestadoras de serviços; (2) instituições financeiras e (3) seguradoras.

Segundo o CPC 09, a primeira parte da DVA refere-se à formação da riqueza, ela contém os seguintes itens: Receitas, Insumos Adquiridos de Terceiros, Depreciação, Amortização e Exaustão e por fim Valor Adicionado em Transferência.

Quadro 2 – Componentes da formação da riqueza criada pela entidade.

| Componentes da riqueza criada pela entidade | Descrição |
|--|--|
| 1. Receitas | A categoria receitas é composta pelos subitens: (i) Vendas de mercadorias, produtos e serviços que corresponde ao ingresso bruto ou faturamento |

| | |
|---|--|
| | bruto; (ii) Outras receitas - outros valores recebidos (iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Constituição/Reversão - inclui os valores relativos à constituição e reversão dessas provisões. |
| 2. Insumos adquiridos de Terceiros | Inclui neste campo é categoria que relaciona aos estoques de produtos e prestação de serviços realizados pela empresa naquele ano fiscal e é composto pelas seguintes subcategorias: (i) O custo dos produtos das mercadorias e dos serviços vendidos, incluindo os valores das matérias-primas adquiridas junto a terceiros contidas no custo do produto vendido, das mercadorias e dos serviços vendidos adquiridos de terceiros; (ii) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros - inclui valores relativos às despesas originadas da utilização desses bens, utilidades e serviços adquiridos junto a terceiros; (iii) Perda e recuperação de valores ativos - inclui valores relativos a ajustes por avaliação a valor de mercado de estoques, imobilizados, investimentos. etc. |
| 3. Depreciação, amortização e exaustão. | A depreciação, amortização e exaustão incluem a despesa ou o custo contabilizado no período. |
| 4. Valor adicionado recebido em transferência | É composto pelas seguintes subcategorias: (i) Resultado de equivalência patrimonial: o resultado da equivalência pode representar receita ou despesa; se despesa, deve ser considerado como redução ou valor negativo. (ii) Receitas financeiras: inclui todas as receitas financeiras, inclusive as variações cambiais ativas, independentemente de sua origem. (iii) Outras receitas - inclui os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia, etc. |

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 09.

O CPC 09 abordando a segunda parte da DVA, que contempla a divisão da riqueza da empresa com seu detalhamento, sendo este o foco da pesquisa em questão. Os principais componentes dessa distribuição são: Pessoal e Encargos; Impostos, Taxas e Contribuições; Remuneração do Capital de Terceiro e Remuneração do Capital Próprio.

Quadro 3: Componentes da distribuição de riqueza do valor adicionado.

| Componentes da distribuição do valor adicionado | Descrição |
|---|--|
| 1. Pessoal e encargos | Trata da divisão da riqueza entre as pessoas que compõem a empresa (Empregados e Sócios-diretores). Pode subdividir-se em: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Remuneração direta - representada pelos valores relativos a salários, 13º salário, honorários, férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc.; ▪ Benefícios - representados pelos valores relativos à assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc; |

| | |
|---|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> ▪ FGTS – representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados. |
| 2. Impostos, taxas e contribuições | <p>Trata da divisão da riqueza entre as pessoas que compõem a empresa (Empregados e Sócios-diretores). Pode subdividir-se em:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Remuneração direta - representada pelos valores relativos a salários, 13º salário, honorários, férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc.; ▪ Benefícios - representados pelos valores relativos à assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc; ▪ FGTS – representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados. |
| 3. Remuneração de capital de terceiros | <p>Trata-se da distribuição de riquezas destinada ao pagamento de obrigações contratuais assumidas pela empresa perante terceiros, notadamente na categoria empréstimo/transferência, tais como Juros e Aluguéis. Pode ainda existir a categoria outros onde estão contempladas outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como royalties, franquia, direitos autorais, etc.</p> |
| 4. Remuneração de capital próprios | <p>Trata-se do repasse de riquezas destinado ao pagamento (lucro) ou repasse dos prejuízos assumidos pela empresa. Tal item notabiliza-se por ser o grifo onde deve constar o lucro ou prejuízo do exercício e sua distribuição com os acionistas.</p> |

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 09.

Diante da diversidade dos componentes de Distribuição do Valor Adicionado, Siqueira (2007, p.8) e Consenza (2003, p.16) partilham em seus estudos uma lista de vantagens nas DVAs, conforme são listadas a seguir:

(...) Permite obter uma dupla visão da realidade empresarial; Possibilita desenvolver um efetivo sistema de avaliação dos gestores e unidades; Reflete a lucratividade e a eficiência das operações e atividades da companhia, como também a evolução econômica em seu conjunto; Fornece dados para a tomada de decisão e o sistema de controle de desempenho; Permite conhecer a contribuição econômica da empresa para a renda nacional ou para seu ambiente econômico ou social.

Dos itens listados destaca-se a DVA como um efetivo sistema de avaliação dos gestores e unidades, bem como sendo instrumento de fornecimento de dados para tomada de decisão e sistema de controle de desempenho atuando, sobretudo, como forma de conhecimento da contribuição econômica da empresa para a renda nacional, o que permite realizar um estudo claro sobre a saúde econômica e a riqueza de todo um país.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, qualitativa, documental e bibliográfica. A análise dos dados foi feita considerando a técnica descritiva. Considerando que a pesquisa inicialmente pressupõe que existe uma relação entre distribuição do valor adicionado e atividade da empresa. Richardson (1999) admite o uso da abordagem quantitativa como o emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações.

O uso de métodos quantitativos se justifica diante da existência de quantidades significativas de dados com o objetivo de simplificação para melhor análise do fenômeno que tais dados representam dentro do contexto de uma análise multivariada de dados não métricos (FÁVERO et. al., 2009).

Severino (2007, p.122) faz menção à pesquisa bibliográfica como aquela que realiza a partir do registro disponível em documentos impressos como livros, artigos, teses, etc. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Cervo e Bervian (1996) comentam que a pesquisa descritiva procura descobrir, com o máximo de precisão, a frequência com um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e características, correlacionando fatos ou fenômenos sem manipulá-los e Gil (1991) complementa explicando que as pesquisas descritivas são aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis.

Para realização da pesquisa foram coletadas as demonstrações contábeis no sitio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O universo da pesquisa foram todas as empresas listadas na BM&FBOVESPA que totalizam em 518 (quinhentos e dezoito empresas). Do universo das 518 empresas, não houve divulgação das DVA's de 23 empresas. Assim, a pesquisa foi efetuada em uma amostra de 495 empresas sendo considerada, portanto significativa da população.

As empresas objeto da pesquisa estão classificadas de a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE Versão 2.0 – Estrutura Detalhada, apresentado na tabela 1. A CNAE é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional na produção de informações por tipo de atividade econômica e pela Administração Pública na identificação da atividade econômica em cadastros e registros de pessoa jurídica (IBGE, 2012).

Tabela 1: Amostra para a pesquisa

| Código | Setor CNAE IBGE | Nº de empresas |
|---------------|--|-----------------------|
| C | Indústrias de transformação | 127 |
| D | Eletricidade e gás | 67 |
| F | Construção | 33 |
| G | Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas | 19 |
| H | Transporte, armazenagem e correio | 25 |
| J | Informação e comunicação | 21 |
| K | Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados | 146 |
| OUTROS | Todos os outros setores do CNAE | 57 |
| TOTAL | | 495 |

Fonte: Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (2013).

O objetivo da análise é agrupar as empresas listadas na BM&F Bovespa de forma que elas distribuam seus lucros, para que possamos descobrir se as empresas de uma mesma atividade (categoria do IBGE) se comportam da mesma forma ou não. Para análise, utilizou-se o software SPSS®.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Para a realização da pesquisa os valores que compõem a distribuição do valor adicionado foram transformados em percentuais tendo como base a relação existente entre o valor de cada item e o valor adicionado total a distribuir.

A ideia inicial deste trabalho era apresentar o percentual que fosse obtido por cada grupo econômico listado no CNAE, diretamente, até para melhor refletir a realidade dos dados obtidos.

Ocorre que, diante da existência de empresas cujos percentuais ficavam abaixo de 0% e acima de 100% foi necessário criar uma lista de classes percentuais de 1 a 6, compreendendo diversas faixas percentuais de distribuição dos itens obtidos em cada empresa a fim de que percentuais negativos ou superiores a 100% não viessem a distorcer o resultado obtido. Dessa adaptação metodológica surge a tabela 2, que se segue, visando otimizar a didática de entendimento das análises realizadas nessa pesquisa.

Tabela 2: Itens de distribuição da riqueza

| Classes | Porcentagem |
|---------|-----------------|
| 1 | Até zero |
| 2 | de 1% até 25% |
| 3 | de 26% até 50% |
| 4 | de 51% até 75% |
| 5 | de 76% até 100% |
| 6 | Acima de 100% |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Conforme pode se observar da tabela 2 acima, estabeleceram-se os seguintes critérios para sua elaboração: A Classe 1 seria compreendida por aquelas empresas cujo valor distribuído obtivesse percentuais negativos até 0%; A Classe 2 seria compreendida por aquelas empresas cujo valor distribuído obtivesse percentuais de 1% até 25%; A classe 3 compreende as empresas cujos percentuais de distribuição da riqueza ficassem de 26% a 50%; Na classe 4 as que obtivessem percentuais de 51% a 75%; Na classe 5 aquelas cujo percentual fosse de 76% até 100% e na classe 6 aquelas cujo percentual é acima de 100%.

A questão mais importante de tal adaptação metodológica é entender que as classes 1 e 6, representam os extremos que comprometem a análise dos resultados. Desse modo as demais classes (2 a 5), nada mais são do que os valores que estão compreendidos dentro dos valores percentuais normais esperados para as análises de DVAs.

Com o esclarecimento inicial dado, cabe agora ilustrar a situação problemática encontrada com exemplos extraídos da pesquisa realizada, através dos quadros 4 e 5 a seguir, sendo o quadro 4 refletindo a situação esperada com somente percentuais positivos e o quadro 5 trazendo um exemplo real de empresa que consumiu seu valor adicionado o que levou a mesma a apresentar percentuais negativos e superiores a 100% na sua distribuição do valor adicionado, tecendo-se os comentários pertinentes a cada uma das análises.

Quadro 4: Distribuição do valor adicionado da empresa 521 Participações S.A. expressos em milhares de reais X Classes da distribuição da riqueza

| COMPONENTES DA DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DO VALOR ADICIONADO | Valores expressos na DVA (em milhares de reais) – 2011 | Porcentagem % | Classes dos itens de distribuição da riqueza |
|---|---|----------------------|---|
| Pessoal e encargos | 18.074,00 | 6,00% | Classe 2 |
| Impostos, taxas e contribuições. | 179.376,00 | 59,59% | Classe 4 |
| Remuneração sobre o capital de terceiros | 36.158,00 | 12,01% | Classe 2 |
| Remuneração sobre o capital próprio | 67.419,00 | 22,40% | Classe 2 |
| Outros | 0,00 | 0,00% | Classe 1 |
| TOTAL | 301.027,00 | 100% | |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

O quadro acima representa os valores divulgados na Demonstração do Valor Adicionado em milhares de reais no exercício de 2011 pela empresa 521 Participações S.A. Esses dados possibilitam o cálculo das porcentagens de cada componente da distribuição de riqueza do valor adicionado e é através das porcentagens encontradas que se torna possível verificar em qual classe cada item da DVA se encaixa.

O quadro 4 revela que 6% do valor adicionado na empresa 521 Participações se distribui no componente da DVA pessoal e encargos, isso quer dizer que de acordo com a tabela 2 que esse item da DVA pertence a classe 2 que é de (1% até 25%). Logo, os impostos, taxa e contribuições por apresentarem 59,59% do valor adicionado pertencem a classe 4 (51% até 75%) e assim sucessivamente.

O exemplo dado acima reflete uma empresa cujos valores expressos na DVA são somente positivos. Por esse motivo, os percentuais apresentados não ficam inferiores a 0% ou superiores a 100%. Era de se esperar que ao realizar a pesquisa não houvesse quaisquer valores negativos ou superiores a 100%, uma vez que pelo próprio nome de valor adicionado, não há como se conceber, em um primeiro momento, a ideia de uma distribuição de valor negativa.

Ocorre que ao avançar-se na análise dos dados coletados, se descobriu diversas empresas cujos percentuais de distribuição em certos componentes da distribuição da riqueza atingiram percentuais negativos e superiores a 100%, o que motivou a criação das classes dos itens de distribuição da riqueza demonstrada acima na tabela 2, a fim de que não restassem percentuais negativos ou superiores a 100% que pudessem comprometer a análise dos resultados. No exemplo a seguir, apresenta-se a situação de percentuais negativos ou superiores a 100%.

Quadro 5: Distribuição do valor adicionado da empresa Aetatis Securitizadora S.A expressos em milhares de reais X Classes da distribuição da riqueza.

| COMPONENTES DA DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DO VALOR ADICIONADO | Valores expressos na DVA (em milhares de reais) – 2011 | Porcentagem % | Classes dos itens de distribuição da riqueza |
|---|---|----------------------|---|
| Pessoal e encargos | 0,00 | 0,00% | Classe 1 |
| Impostos, taxas e contribuições. | 63,00 | -1,37% | Classe 1 |
| Remuneração sobre o capital de terceiros | 0,00 | 0,00% | Classe 1 |
| Remuneração sobre o capital próprios | -4.647,00 | 101,37% | Classe 6 |
| Outros | 0,00 | 0,00% | Classe 1 |
| TOTAL | -4.584,00 | 100% | |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Pode perceber-se que dentre os valores divulgados na DVA da empresa Aeatis Securitizadora S.A. existem números negativos. Isso quer dizer que o valor adicionado não é produzido e sim consumido pela Companhia, por haver prejuízo no exercício de 2011.

Nota-se que para essa securitizadora existem porcentagens abaixo de 0% e acima de 100% que foram definidas como as classes 1 e 6 respectivamente. Pode-se perceber que essa empresa consumiu o valor adicionado ao invés de distribuir suas riquezas. Assim como essa, outras empresas também tiveram comportamento semelhante, o que motivou a criação das classes listadas na tabela 2, visando excluir percentuais negativos e superiores a 100% visto que comprometeriam as demais empresas cujos resultados encaixam-se no padrão esperado.

Após as explicações da tabela 2 (Itens de distribuição da riqueza), se faz necessário verificar a distribuição de riqueza do valor adicionado de acordo com os componentes da DVA (pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração do capital de terceiros e remuneração do capital próprio) conforme a tabela 3 a seguir:

Tabela 3: Componentes da distribuição do valor adicionado X Distribuição da riqueza do valor Adicionado.

| | COMPONENTES DA DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DO VALOR ADICIONADO | | | | |
|---------------|--|---------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|----------|
| | Pessoal | Impostos, taxas e contribuições | Remuneração de capital Terceiros | Remuneração de capital Próprios | Outros |
| Média | 0,46426 | 0,68164 | 0,55743 | -0,62408 | -0,10741 |
| Desvio Padrão | 3,65533 | 9,343312 | 3,801528 | 15,548674 | 2,339981 |
| Range | 81,8 | 213,57 | 70,710 | 350,860 | 52,580 |
| Máximo | 75,230 | 204,90 | 54,990 | 16,740 | 0,580 |
| Mínimo | -6,570 | -8,670 | -15,720 | -334,120 | -52,00 |

Nota i: Estes dados são referentes para a amostra de 495 empresas.

Nota ii: As porcentagens estão expressas através de casas decimais.

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Cabe realizar uma alerta antes de analisar a tabela apresentada acima de que as Médias e o Desvio Padrão, pois os dados foram substancialmente afetados pela existência de porcentagens abaixo de 0% e acima de 100%, o que não reflete a realidade dos dados estatísticos vez que havia significativa discrepância estatística na categoria Remuneração de Capital Próprio, por causa da existência de dados cujo valor era negativo, afetando a média final, divergindo dos dados efetivamente coletados.

Os valores negativos da tabela 3 correspondem às porcentagens negativas aos itens de distribuição da riqueza do valor adicionado, como foi explicado anteriormente no Quadro 5 da pesquisa. É necessário destacar que o componente da DVA (pessoal) foi considerado negativo para efeitos de cálculos, porém na prática, as empresas distribuem o valor adicionado nessa categoria ao invés de consumir.

Porém, mesmo com tal diferença provocada pela presença das classes atípicas, é possível constatar que a maior média foi registrada na categoria Impostos, Taxas e Contribuições, atingindo aproximadamente 68% da distribuição da riqueza das empresas. Isso reflete a alta carga tributária que as empresas de forma geral sofrem na distribuição de suas riquezas.

A tabela 4 a seguir, apresenta o número de empresas pertencentes a cada classe de distribuição das riquezas com pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprio.

Tabela 4: Classes dos itens de distribuição de riquezas X Componentes da DVA

| Classes dos itens de distribuição de riqueza | COMPONENTES DA DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DO VALOR ADICIONADO | | | | | | | |
|--|--|---|---------------------------------|---|-------------------------------------|---|--------------------------------|---|
| | Pessoal | | Impostos, taxas e contribuições | | Remuneração de capital de terceiros | | Remuneração de capital próprio | |
| | Número de empresas | Percentual correspondente ao nº de empresas | Número de empresas | Percentual correspondente ao nº de empresas | Número de empresas | Percentual correspondente ao nº de empresas | Número de empresas | Percentual correspondente ao nº de empresas |
| 1 (até 0%) | 105 | 21,2 | 76 | 15,4 | 100 | 20,2 | 101 | 20,4 |
| 2 (1% até 25%) | 179 | 36,2 | 173 | 34,9 | 249 | 50,3 | 184 | 37,2 |
| 3 (26% até 50%) | 129 | 26,1 | 173 | 34,9 | 64 | 12,9 | 97 | 19,6 |
| 4 (51% até 75%) | 55 | 11,1 | 56 | 11,3 | 41 | 8,3 | 35 | 7,1 |
| 5 (76% até 100%) | 11 | 2,2 | 8 | 1,6 | 13 | 2,6 | 34 | 6,9 |
| 6 (acima de 100%) | 16 | 3,2 | 9 | 1,8 | 28 | 5,7 | 44 | 8,9 |
| Total | 495 | 100 | 495 | 100 | 495 | 100 | 495 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Analisando-se o universo das 495 empresas estudadas, observou-se que houve a maior concentração de empresas na classe 2, ou seja, que distribuem o valor adicionado de 1% até 25% em cada categoria (pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprio).

Isso se deve, provavelmente, ao perfil conservador do empresariado que deseja transformar o valor adicionado em dividendos para si, e não para a empresa, como exemplo tem-se a classe 6, dos maiores investimentos, donde é notório a maior distribuição do valor adicionado na remuneração do capital próprio 8,90%, que na maior parte das vezes corresponde ao pagamento de lucros ou dividendos.

Nota-se que os impostos estão distribuídos igualmente nas classes 2 e 3, com 173 empresas em cada classe, o que corresponde de 1% até 50% da distribuição do valor adicionado, isso demonstra que o valor adicionado das empresas vem sendo tomado pela imensa carga tributária hoje vigente.

Finalizando a análise da tabela 4, observa-se que o capital humano ainda é muito desprezado, uma vez que o investimento em pessoal dificilmente ultrapassa 50%, limitando-se a aproximadamente 5,4% o número de empresas que investem de 76% até mais de 100% na distribuição do valor adicionado.

Esgotado a abordagem, cabe agora relacionar as atividades da classificação nacional de atividades econômicas (CNAE) de acordo com os segmentos de distribuição do valor adicionado, traçando um perfil setorial.

Tabela 5: Atividades Econômicas CNAE x Classes da distribuição da riqueza com Pessoal

| CÓDIGO CNAE | Classe Pessoal | | | | | | Nº DE EMPRESAS |
|----------------|----------------------|-----------------------------|------------------------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------|
| | Classe 1 (até 0%) | Classe 2 (1% até 25%) | Classe 3 (26% até 50%) | Classe 4 (51% até 75%) | Classe 5 (76% até 100%) | Classe 6 (acima de 100%) | |
| C | 13 | 27 | 54 | 23 | 3 | 7 | 127 |
| D | 8 | 55 | 3 | 0 | 0 | 1 | 67 |
| F | 4 | 13 | 10 | 4 | 0 | 2 | 33 |
| G | 1 | 8 | 8 | 2 | 0 | 0 | 19 |
| H | 1 | 17 | 3 | 2 | 0 | 2 | 25 |
| J | 0 | 10 | 6 | 3 | 2 | 0 | 21 |
| K | 67 | 33 | 29 | 10 | 3 | 4 | 146 |
| OUTROS | 11 | 16 | 16 | 11 | 3 | 0 | 57 |
| Total | 105 | 179 | 129 | 55 | 11 | 16 | 495 |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Analisando-se a tabela acima, percebe-se que os dois grupos do CNAE com maior número de empresas junto à listagem da BM&FBOVESPA são o K (Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados) com 146 empresas e o C (Indústria de transformação) com 127 empresas.

Observa-se ainda que o grupo C, tem predominância na classe 3, de 26% até 50%. Isso revela que das 127 empresas existentes na atividade Indústria de Transformação, 54 empresas distribuem de 26% até 50% do valor adicionado em pessoal. Isso reflete a valorização das indústrias de transformação com pessoal.

No outro extremo da tabela, tem-se o grupo K, que apresenta distribuições do valor adicionado em valores que vão do negativo até 0%, pertencendo, em sua maioria, à classe 1. Acredita-se que tal situação se deve ao grande número de empresas criadas com fins meramente especulativos tais como securitizadoras e participações, uma vez que, por sua natureza, tais empresas não produzem valor adicionado, mas tão somente o consomem distribuindo valores tão somente nas categorias de impostos e remuneração do capital próprio.

Por fim, no grupo D composto pelas empresas de eletricidade e gás, no total de 67 empresas, 55 delas investem de 1% até 25% em pessoal do valor adicionado.

Tabela 6: Atividades Econômicas CNAE x Classes da distribuição da riqueza com Impostos, taxas e contribuições.

| CÓDIGO CNAE | Impostos, taxas e contribuições | | | | | | Nº DE EMPRESAS |
|----------------|---------------------------------|-----------------------------|------------------------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------|
| | Classe 1 (até 0%) | Classe 2 (1% até 25%) | Classe 3 (26% até 50%) | Classe 4 (51% até 75%) | Classe 5 (76% até 100%) | Classe 6 (acima de 100%) | |
| C | 17 | 35 | 56 | 15 | 3 | 1 | 127 |
| D | 4 | 18 | 13 | 28 | 3 | 1 | 67 |
| F | 2 | 14 | 15 | 1 | 0 | 1 | 33 |
| G | 1 | 6 | 11 | 1 | 0 | 0 | 19 |
| H | 2 | 11 | 11 | 1 | 0 | 0 | 25 |
| J | 1 | 7 | 5 | 8 | 0 | 0 | 21 |
| K | 40 | 54 | 46 | 1 | 0 | 5 | 146 |
| OUTROS | 9 | 28 | 16 | 1 | 2 | 1 | 57 |
| Total | 76 | 173 | 173 | 56 | 8 | 9 | 495 |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Da análise dos dados acima se percebe que a maioria das empresas distribui o valor adicionado de impostos entre as classes 2 e 3 quanto ao pagamento de tributos, cada uma com 173 empresas.

Percebe-se ainda que na classe 3 da categoria (C – indústrias de transformação), há o maior número de empresas de todas as classes (56), onde é distribuído o valor adicionado relacionado a impostos, taxas e contribuições. Isso revela que as indústrias de transformação são extremamente afetadas pela carga tributária nacional.

A categoria D (Eletricidade e Gás) possui um grande número de empresas que estão localizadas nas classes 2, 3 e 4 que variam de 1% até 75% do valor adicionado, demonstrando também um grande peso dos tributos na distribuição do valor adicionado.

Tabela 7: Atividades Econômicas CNAE x Classes da distribuição da riqueza com Remuneração de Capital de Terceiros

| CÓDIGO CNAE | Remuneração de Capital de Terceiros | | | | | | Nº DE EMPRESAS |
|-------------|-------------------------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------|
| | Classe 1(até 0%) | Classe 2 (1% até 25%) | Classe 3 (26% até 50%) | Classe 4 (51% até 75%) | Classe 5 (76% até 100%) | Classe 6 (acima 100%) | |
| C | 16 | 67 | 23 | 8 | 3 | 10 | 127 |
| D | 8 | 46 | 6 | 4 | 0 | 3 | 67 |
| F | 3 | 17 | 6 | 5 | 0 | 2 | 33 |
| G | 1 | 13 | 3 | 1 | 1 | 0 | 19 |
| H | 2 | 13 | 5 | 4 | 1 | 0 | 25 |
| J | 0 | 15 | 3 | 2 | 0 | 1 | 21 |
| K | 59 | 52 | 11 | 13 | 4 | 7 | 146 |
| OUTROS | 11 | 26 | 7 | 4 | 4 | 5 | 57 |
| Total | 100 | 249 | 64 | 41 | 13 | 28 | 495 |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Da análise dos dados acima se percebe que a classe 2 é a predominante quanto a remuneração do capital de terceiros. Nesse caso, é importante destacar que quanto a classificação do CNAE há certa homogeneidade no setor 2, com percentuais variantes entre 1 a 25%, de modo que não há tanto investimento em tal categoria das DVAs em relação às demais.

Outro ponto relevante encontra-se no grupo K (Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados) que possui um grande número de empresas na classe 1, ou seja, que consomem o valor adicionado nessa modalidade de despesas.

Tabela 8: Atividades Econômicas CNAE x Classes da distribuição da riqueza com Remuneração de Capital Próprio

| CÓDIGO CNAE | Remuneração de Capital Próprio | | | | | | Nº DE EMPRESAS |
|-------------|--------------------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|-------------------------|--------------------------|----------------|
| | Classe 1 (até 0%) | Classe 2 (1% até 25%) | Classe 3 (26% até 50%) | Classe 4 (51% até 75%) | Classe 5 (76% até 100%) | Classe 6 (acima de 100%) | |
| C | 36 | 62 | 13 | 2 | 6 | 8 | 127 |
| D | 6 | 37 | 10 | 6 | 7 | 1 | 67 |
| F | 5 | 11 | 13 | 2 | 0 | 2 | 33 |
| G | 4 | 13 | 0 | 2 | 0 | 0 | 19 |
| H | 5 | 5 | 12 | 2 | 0 | 1 | 25 |
| J | 6 | 13 | 1 | 0 | 1 | 0 | 21 |
| K | 23 | 21 | 39 | 20 | 13 | 30 | 146 |
| OUTROS | 16 | 22 | 9 | 1 | 7 | 2 | 57 |
| Total | 101 | 184 | 97 | 35 | 34 | 44 | 495 |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Da mesma forma que na Remuneração de Capital de Terceiros, no Capital Próprio a classe 2 é a predominante. No setor 2, os percentuais variam entre 1% a 25% do valor adicionado. Excetuam-se as categorias H (Transporte, Armazenagem e Correio) e K (Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados), onde a classe predominante passa a ser a classe 3, onde a distribuição varia entre 26% a 50% do valor adicionado correspondendo a maior distribuição realizada por tais grupos empresariais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que o objetivo geral do trabalho é verificar a existência de correlação entre os percentuais de distribuição do valor adicionado e as atividades desenvolvidas pelas empresas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Foi constatado que os grupos C – (indústria de transformação) e D – (eletricidade e gás) são as que mais distribuem o valor adicionado com pessoal, enquanto o grupo K – (financeiras), apresentam em sua maioria na classe 1 (de até 0%) e a categoria que mais distribui seu lucro entre os funcionários é o das indústrias de transformação.

O grupo D composto pelas empresas de eletricidade e gás, no total de 67 empresas, 55 delas investem de 1% até 25% em pessoal do valor adicionado com menor influência dos demais percentuais, diferentemente dos outros grupos empresariais.

Observou-se ainda que todas as empresas destinam o valor adicionado com grande percentual ao pagamento de tributos. Dos dados obtidos obteve-se a conclusão que a carga tributária é fator que muito afeta as empresas uma vez que por muitas vezes os percentuais de valor adicionado neste grifo atingiram 50%.

O setor CNAE que é mais afetado pela carga tributária é o C (Indústria de Transformação), uma vez que de suas 173 empresas, 56 encontravam-se com divisões neste tópico que variavam entre 26 a 50% do valor adicionado distribuído. Também se percebeu que a categoria D (Eletricidade e Gás) também sofre com a carga tributária por possuir um grande número de empresas que estão localizadas nas classes 2, 3 e 4 que variam de 1% até 75% do valor adicionado.

Outro ponto relevante encontra-se no grupo K (Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados) que possui um grande número de empresas na classe 1, quanto a distribuição do capital de terceiros ou seja, que consomem o valor adicionado nessa modalidade de despesas, possivelmente por já terem a distribuição comprometida em outros segmentos. Tal classe possui grandes distribuições quanto ao capital próprio, com percentuais de 26% a 50% do valor adicionado – classe 3.

Por fim, cabe uma menção ao grupo H (Transporte, Armazenagem e Correio) que à semelhança do grupo K realiza, na maioria de suas empresas, uma maior distribuição do valor adicionado quanto à Remuneração do Capital Próprio, na classe 3, de 26% a 50% do valor adicionado. Encerra-se com isso, a análise de cada um dos segmentos das DVAs por grupos empresariais conforme a classificação do CNAE, quando se traçou o panorama dos investimentos por setor.

Finalizando-se a análise dos dados quanto a cada categoria comum as DVAs, observou-se que tanto na categoria remuneração do capital de terceiros quanto na categoria remuneração de capital próprio houve uma tendência das empresas estudadas em promover uma redução da destinação dos percentuais de valor adicionado neste grifo uma vez que a maioria das empresas estudadas destinam percentuais que variam entre 1% a 25% do valor adicionado, não sendo, desta feita, categoria de maior destaque para investimentos ou pagamentos, dando-se preferência às demais categorias, por questões administrativas e ou legais, como no caso dos tributos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação das categorias do IBGE**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae2.0/defaulttab.shtm> Acesso em: jan. 2013.

_____. Resolução **CFC nº 1.055/05**. Disponível em: < http://www.cgu.gov.br/PrevencaoDaCorrupcao/Integridade/IntegridadeEmpresas/arquivos/RES_1055.pdf> Acesso em: 27 nov. 2012.

_____. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico **CPC 09**. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/noticias69.htm>> Acesso em: 27 nov. 2012.

_____. **Deliberação CVM nº 29, de 05 de fevereiro de 1986**. Disponível em:< <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?File=/deli/deli029.htm>> Acesso em: fev.2013.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

COSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. Rev. contab. finanç., São Paulo, v. 14, n. spe, Oct. 2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772003000400001&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Feb. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772003000400001>.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Arioaldo dos. **A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza**. Rev. contab. finanç., São Paulo, v. 16, n. 37, Apr. 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-

70772005000100001&lng=en&nrm=iso>. access on 31 Jan. 2013.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772005000100001>.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FÁVERO, Luiz Paulo et al. **Análise de Dados: Modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

FOLLMANN, D. A.; CASAGRANDE, M. D. H.; PAIVA, K. S. E. **Distribuição do Valor Adicionado: a quem se destina a riqueza gerada nas empresas do novo mercado?** In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS E CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 3., 2009, Florianópolis. Anais do 3º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças. Florianópolis: UFSC, 2009.

FREGONESE, Mariana Simões Ferraz do Amaral. **Investimentos socioambientais na demonstração do valor adicionado: formação ou distribuição do valor adicionado**. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

IUDÍCIBUS, Sérgio et al. **Manual de Contabilidade Societária**. 10.ed., São Paulo, Atlas, 2010.

_____. MARION, José C. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 1999.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.641p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas.1999.

SANTOS, I. C. M.; SILVA, Manoel Soares. **Utilização da Demonstração do Valor Adicionado – DVA como Ferramenta na Medição da Riqueza no Setor de Telefonia no Brasil** In: Revista Pensar Contábil - CRC/RJ, 2009 Disponível em < Disponível em < <http://www.atenas.org.br/revista/ojs2.2.3.06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/369/354> > Acesso em: 04 dezembro 2012.

SCHERER, Luciano Marcio. **Valor adicionado: análise empírica de sua relevância para as companhias abertas que publicam a demonstração do valor adicionado**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**.23ed.São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. **DVA: Vantagens e limitações de seu uso como instrumento de avaliação da estratégia social corporativa**. Revista del Instituto International de Costos, nº 1, p. 116 a 140, 2007.

VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Verdades e mitos na interpretação da demonstração do valor adicionado**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade do Estado de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-15102010-201125/en.php>>. Acesso em: 04 dezembro 2012.